



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638779 - SP (2021/0002451-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO CAETANO SILVESTRE TORRES - SP306373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RENATO MAXIMO ROMAO (PRESO)
CORRÉU : EVERTON DE JESUS BARROS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENATO MAXIMO ROMAO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501772-89.2019.8.26.0540).

O paciente foi condenado à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão em regime fechado, como incurso no art. 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal.

A impetrante alega ausência de motivação idônea capaz de sustentar a exasperação da pena-base, motivo pelo qual deveria ser reduzida ao mínimo legal.

Pleiteia, ainda, o abrandamento do modo prisional.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a pena do paciente seja redimensionada nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Do voto do desembargador relator extrai-se:

regime prisional inicial fechado para o réu Renato fica mantido, pois o único possível diante do montante da sanção carcerária a ele imposta, bem como dos seus maus antecedentes e reincidência específica do réu, que teima em investir contra o patrimônio alheio.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente